

O LUGAR DA ESCOLA NO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA EM OS BRUNZUNDANGAS DE LIMA BARRETO

Data de aceite: 01/11/2023

Greice Aparecida Martins Santos

UNIFESP – Universidade Federal de São
Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas Programa de Pós-Graduação
em Educação.

RESUMO: Os Brunzundangas é uma obra que se passa no ano de 1923, período em que o Brasil está na primeira República. É nesse contexto que Lima Barreto, utiliza do gênero crônica, para criar um país fictício, “Bruzundanga”, no qual ele mesmo residia e satiriza a primeira fase da república brasileira, por meio das personagens criadas e que habitam este país e vivem os desajustes e a desorganização em todos os setores da administração pública. O final do século XIX e início do século XX, é marcada pela ascensão da burguesia no poder, a revolução industrial, sobretudo com as lavouras de café, movimento da Escola Nova e pela preocupação com a constituição de uma instrução pública brasileira, devido aos altos índices de analfabetismo que aumentava a cada década. O objetivo deste artigo é analisar qual o lugar da escola no projeto de constituição da sociedade

brasileira na obra “Os Brunzundangas” de Lima Barreto. Para isso, serão utilizados como fontes de pesquisa os textos de Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, “Poder político e educação de elite”, “A Universidade temporã. O ensino superior, da Colônia à Era Vargas” de Luiz Antônio Cunha e como fonte complementar o artigo “A escola brasileira representada em duas obras ficcionais no final do século XIX e início do século XX” de Francisco Ari Andrade. Pretende-se, também, identificar os vestígios da educação vinculada ao Brasil colonial e imperial no sistema educacional representado em Bruzundanga.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, Escola Nova, Sistema educacional brasileiro.

INTRODUÇÃO

Busca-se, neste artigo, analisar qual o lugar da escola no projeto de constituição da sociedade brasileira no enredo fictício pensado por Lima Barreto, Os Brunzundangas e quais os vestígios da educação vinculada ao Brasil colonial e imperial no sistema educacional representado em Bruzundanga.

A partir disso, busca-se articular as referências que Lima Barreto constrói sobre as organizações políticas, sociais e culturais do Brasil colônia e império relatado em forma de crônicas, satirizando a realidade do sistema de ensino brasileiro.

Com vistas à fundamentação conceitual, foram usadas como opções de fontes os livros: “O Poder político e educação de elite” da autora Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, publicado em 1980, “A Universidade temporã. O ensino superior, da Colônia à Era Vargas” de Luiz Antônio Cunha, publicado em 2015 e o artigo “A escola brasileira representada em duas obras ficcionais no final do século XIX e início do século XX” de Francisco Ari Andrade, publicado em 2016, a partir do qual serão utilizados para analisar o lugar da escola nessa constituição de um sistema de ensino nacional e os poderes que nela são exercidas no intuito do desenvolvimento de um novo homem em uma nova sociedade.

AUTOR E OBRA

Lima Barreto, escritor e jornalista, nasceu no Rio de Janeiro no dia 13 de maio de 1881. Mestiço e pobre sofreu diversos preconceitos ao longo da vida. Se formou no colégio Dom Pedro II e iniciou no curso de Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Após 3 anos de curso, precisou abandonar devido à questões de saúde mental do pai e necessitou assumir a tutela dos irmãos.

Publicou diversas obras que retratavam a preocupação com os fatos históricos e com os costumes sociais da primeira década do século XX. Suas obras têm uma linguagem considerada descuidada para a época, procurava retratar sua vingança à oposição dos escritores e a burguesia. Dentre as obras publicadas a que será destacada neste artigo é a obra intitulada “Os Brundangas”, publicada postumamente em 1923 pela Editora Martin Claret.

Os Brundangas é um livro que retrata o Brasil na primeira fase da república. Em formato de crônica, Lima Barreto constrói um país fictício, chamado Brundanga, onde seus habitantes vivem as mazelas e desajustes de uma organização social, política e cultural a partir de uma camada da sociedade em ascensão, considerada superior, e que vai se constituindo a partir de seus interesses próprios, levando Brundanga e seus habitantes das classes consideradas inferiores da sociedade à pobreza e alienação.

A REPÚBLICA, A POLÍTICA E A EDUCAÇÃO

A vinda da corte portuguesa ao Brasil trouxe muitas alterações no modo de vida de seus habitantes. Diversas transformações econômicas, sociais e políticas, fizeram parte da constituição de uma sociedade aos moldes da corte, contudo, os interesses políticos e às relações internacionais que Portugal mantinha com outros países, de grande interesse também sobre o Brasil, sobretudo após a independência, com a ascensão do industrialismo e o progresso nacional, tem-se uma necessidade efetiva em se consolidar um sistema

educacional de qualidade, baseado nos modelos estrangeiros em desenvolvimento.

Na obra aqui destacada, “Os Brunzundangas”, é possível notar, em algumas crônicas, o quanto as relações de interesse faziam parte das interações que as camadas da sociedade, consideradas superiores, tinham para conquistar algo de seu interesse.

Essa sátira à sociedade brasileira que vai se constituindo entre o século XIX e XX, mostra a vontade que a camada ilustrada dominante tinha em fazer o Brasil um país do progresso, porém carregava seu hereditário legado colonial. As relações existentes entre as pessoas, as estratégias arquitetadas, a noção das necessidades e também do desprezo intencional à elas, mostrava a vontade de ser um novo mundo custe o que custar.

Uma autora que nos ajuda a refletir sobre este aspecto, é Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, em sua obra “Poder político e educação de elite”. Xavier nos aponta um dado relevante sobre as reais intenções dessa camada ilustrada que está se constituindo e que possui grandes interesses com a modernização deste país, com relação à necessidade de se instrumentalizar a sociedade por meio da educação.

No caso, a sociedade industrial e tecnológica exige indivíduos treinados na aplicação do método científico, fiéis crentes das descobertas científicas e eficientes técnicos que garantam o progresso econômico da nação.

(XAVIER, 1980. p. 15)

Segundo a autora, é a partir de uma sociedade industrial e tecnológica que é necessário obter indivíduos treinados, capacitados para aplicação do método científico para garantir o progresso econômico da nação.

Essa concepção é trazida na voz da autora, pensada pelos escolanovistas, para eles, a escola deveria “educar o homem em sociedade, com a sociedade e para a sociedade”.

Podemos verificar que a defesa da não diretividade ou da neutralidade da escola aparece com certa clareza nas propostas dos Pioneiros da Educação Nova. De fato, aí a escola é concebida como um instrumento, como uma instituição social que tem como função primordial dar aos indivíduos os elementos necessários à consecução dos fins sociais. A escola, segundo os escolanovistas, não coloca os fins mas fornece os meios para que os fins sociais sejam satisfatoriamente atingidos. No caso, a sociedade industrial e tecnológica exige indivíduos treinados na aplicação do método científico, fiéis crentes da descoberta científica e eficientes técnicos que garantam o progresso econômico da nação.

(XAVIER, 1980. p. 8)

Em Brunzundanga, diversas crônicas mostram como o Brasil foi se constituindo em meio às necessidades de evolução e os interesses individuais da burguesia, que interferiram, de forma intencional, no sistema educacional brasileiro.

Para ilustrar as estratégias arquitetadas, o enredo da crônica intitulada “A outra nobreza de Bruzundanga”, apresenta alguns dos desejos dos habitantes que viviam em Bruzundanga, os títulos, ter um documento que intitulava um indivíduo de Conde, Marquês,

Duque, entre outros, tirava esse sujeito da invisibilidade e o tornava merecedor de fazer parte de uma camada diferenciada da sociedade, algumas vezes se tornando participante de decisões importantes para o país.

Uma noite, em que estava cercado de damas alegres, em uma mesa de café cantante, uma delas deu na telha de tratá-lo de marquês. Era senhor marquês, para aqui; senhor marquês para ali.

O rapaz espantou-se a princípio, mas com o calor da conversa e a insistência da dama, ele perguntou ingenuamente:

- Mas eu sou marquês?

- É - disse a dama galante.

- Como?

- Vou já mostrar ao senhor marquês. Dê-me vinte francos e os nomes de seus pais, que já lhe dou a prova.

Ele assim fez e, dentro de vinte minutos, o rapazola recebia a sua árvore genealógica, donde se concluía que descendia dos marqueses de Libreville.

À vista de tão poderoso documento, o cidadão que partira da Brunzundanga simplesmente chamando-se Carlos Chavantes (é uma hipótese), voltou da estranja com o altissonante título de Marquês de Libreville. (...).

(Barreto, 2009. p. 48)

Toda essa “malandragem” existente em Brunzundanga mostra o quão os interesses e poder estavam em prioridade e o quão fazer parte dessa camada era importante para se ter visibilidade e obter privilégios.

Além disso, ter um título superior também era algo que representava muita importância, colocava o sujeito em outro lugar dessa sociedade, criando uma imagem ilusória, daquele que possuía e das pessoas ao redor, de alguém que estava em uma classe distinta.

Contudo, adquirir um diploma, assim como um título, era uma estratégia arquitetada a fim de pertencer a uma camada da sociedade considerada superior e obter privilégios diante da sociedade.

Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citada, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. (...) Certo dia li nos atos oficiais do Ministério de Transportes e Comunicações daquele país, o seguinte: “F., amanuense dos Correios da província dos Cocos, pedindo fazer constar de seus assentamentos o seu título de doutor em medicina. - Deferido”.

O pedido e o despacho dispensam qualquer comentário; e, por eles, todos podem aquilatar até que ponto chegou, na Bruzundanga, a superstição doutoral. Um amanuense que se quer recomendar por ser médico, é fato que só se vê no interessante país da Bruzundanga.

(BARRETO, 2009. p. 41 e 44)

E as pessoas consideradas pertencentes às camadas inferiores da sociedade? Qual

acesso podiam ter à esses certificados e “oportunidades”?

A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vezes podem alcançá-las.

(BARRETO, 2009. p. 42)

Diante destes aspectos ressaltados, o destaque de trechos da obra sobre o percurso e o curso de um sistema educacional no contexto de uma modernidade nacional em ascensão, nos revela como a educação brasileira foi se constituindo e quais indivíduos tinham acesso à uma educação necessária para se ocupar cargos públicos de poder e também os cargos de mão de obra para este novo mundo.

O LUGAR DA ESCOLA NO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Com a ascensão dessa nova camada ilustrada da sociedade, e as relações estabelecidas no estrangeiro, era preciso que se criasse uma instrução pública para os habitantes.

Segundo Xavier, era uma questão urgente, porém um sistema educacional nacional só seria possível com base em um Tratado de Educação Brasileira e a criação de Universidades.

Vários debates se fizeram a fim de discutir o projeto de lei para a abertura de Universidades nacionais, assim como o tratado, porém o projeto de criação de uma universidade teve pareceres em oposição e a favor de vários deputados, mostrando sobretudo a importância de ter um local que seria capaz de tornar hábil os cidadãos para os empregos do Estado. Contudo, alguns deputados trouxeram a preocupação em se criar universidades, ao invés de um Tratado para Instrução Primária.

Em Bruzundanga, como já destacado, ter um título superior, de uma universidade no período, representava algo muito nobre.

Cunha, no livro “A Universidade Temporã” nos mostra, com mais detalhes, a constituição dessa Universidade e a importância que ela tem nesse Brasil em desenvolvimento, no qual observamos em Bruzundanga.

Os cursos que preparavam os burocratas para o estado eram os dos estabelecimentos militares (Academia Militar e Academia da Marinha), os cursos de medicina e cirurgia e o de matemática. Os primeiros formavam especialistas em assuntos de guerra, pois os cursos de medicina e cirurgia nasceram em hospitais militares com o objetivo primeiro de promover médicos e cirurgiões para a Marinha e o Exército, no contexto da guerra contra a França. (...) O uso de conhecimentos matemáticos para a prática de guerra (fortificação, navegação, artilharia) era bastante provável. Mas a academia militar, já desde 1810, continuando império adentro, tinha a importante função adicional de formar engenheiros de diversas especialidades (construção, mineração e química). Os conhecimentos matemáticos exigidos pela “engenharia militar” eram idênticos aos empregados pela “engenharia civil”,

razão pela qual se pode depreender a dupla função formativa do curso de Matemática.

(CUNHA, 2015. p. 63)

O ensino superior, satirizado na crônica “O ensino na Bruzundanga”, era assim descrita pelo citado cronista:

Já vos falei na nobreza doutoral desse país; é lógico, portanto, que vos fale do ensino que é ministrado nas suas escolas, donde se origina essa nobreza. Há diversas espécies de escolas mantidas pelo governo geral, pelos governos provinciais e por particulares. Estas últimas são chamadas livres e as outras oficiais, mas todas elas são equiparadas entre si e os seus diplomas se equivalem. Os meninos ou rapazes, que se destinam a elas, não têm medo absolutamente das dificuldades que o curso de qualquer delas possa apresentar. Do que eles têm medo, é dos exames preliminares.

(BARRETO, 2009. p. 58)

E esses exames? Como esses meninos e rapazes lidavam com os exames e estudos? Quem tinha acesso a esse universo?

De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrar bancas de exames, pôr em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam somar frações, outros em francês sem que possam traduzir o mais fácil autor. Com tais manobras, conseguem sair-se da alhada e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de “doutor”.

(BARRETO, 2009. p. 58)

Os esforços dados nas diversas discussões realizadas pelos deputados nas Assembléias Legislativas, referente ao projeto de lei para a abertura de Universidades, tinha um porquê. Cunha nos revela as intenções existentes por detrás da necessidade de criação das universidades e que dialoga com Xavier, quando deputados trazem a preocupação em se criar universidades, ao invés de um Tratado para Instrução primária, sabendo que já era escassa a quantidade de mestres de primeiras letras para uma instrução pública eficiente. Quem, de fato, gerenciava e construía esse grande empreendimento?

Mas não só a burocracia do Estado nascente carecia de profissionais sistematicamente formados. Também necessitava deles a produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes. Assim é que, além dos novos cursos superiores militares e de Medicina, e dos antigos, de Filosofia e de Teologia, estes então confinados nos conventos e seminários episcopais, foram criados cursos superiores de Desenho, História e Música. (...) Mas, de certo, foram os cursos de Direito os mais importantes dos que cumpriam essa função, pois os bacharéis tinham, na atividade cotidiana de elaborar, discutir e interpretar as leis, a tarefa principal de formular e renovar as ideologias que legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas pelo aparato jurídico.

(CUNHA, 2015. p. 64)

Sabendo das dificuldades existentes na quantidade e qualidade de mestres, e

das intenções que a classe dominante tinha na constituição das universidades, era de conhecimento usar dos artifícios para se ter acesso às posições importantes e para isso ter um certificado acadêmico era necessário, ainda que se realizasse um curso sem conhecimento, considerado mínimo suficiente, para tal exigência.

Passando assim pelo que nós chamamos preparatórios, os futuros diretores da República dos Estados Unidos da Brunzundanga acabam os cursos mais ignorantes e presunçosos do que quando para lá entraram. São esses tais que berram: Sou formado! Está falando com um homem formado!

(...) Há outros, espertos e menos poderosos, que empregam o seguinte truque. Sabem, por exemplo, que, na província das Jazidas, os exames de matemática elementar são mais fáceis. Quem fazem eles? Inscrevem-se nos exames de lá, partem e voltam com as certidões de aprovação.

Continuam eles nessas manobras durante o curso superior. Em tal Escola são mais fáceis os exames de tais matérias.

(BARRETO, 2009. p. 58 e 59)

E as pessoas sem títulos, sem nobreza, considerada a classe inferior da sociedade, os pobres? Qual o lugar delas nesta sociedade, nestas relações?

Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de coisas e tem um respeito religioso pela nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um medíocre papel de Holanda.

(BARRETO, 2009. p. 41)

Levando em consideração essa (des)organização estratégica, intencional e seletiva no ensino, que é possível notar na sátira de Barreto, Cunha (2015) nos revela como essa organização se ajustava aos interesses da classe dominante a fim de dar continuidade ao sistema social, político e econômico existentes na época do Império e que potencializou esses “artifícios” satirizados em Bruzundanga.

A autora contextualiza uma organização existente por dois mil anos na China, trazendo estudos de Pang e Seckinger (1972) sobre os “mandarins” no império brasileiro.

Durante dois mil anos, na China, os imperadores, reis e chefes políticos locais usavam na sua administração um corpo de funcionários oriundos, preferencial mas não exclusivamente, da nobreza feudal. Depois de uma longa e complexa formação literária, os candidatos a funcionário eram submetidos a exames que os classificavam para os cargos de diversos níveis e que continuavam durante a carreira. Quanto maior o número de exames por que se passava, mais alto o cargo ocupado. A simples aprovação dava direito ao recebimento de rendas do Estado, mesmo antes da nomeação para um cargo administrativo. Esse funcionário era o mandarim, sendo o mandarinato o mecanismo de recrutamento, formação e promoção deles através dos exames públicos de sua qualificação literária.

(CUNHA, 2015. p. 71 e 72)

As universidades brasileiras desempenhavam essa função de formar os mandarins para fins intencionais no controle do Estado.

As escolas superiores, principalmente as de Direito, nas quais estavam matriculados, ao fim do império, mais da metade dos alunos, desempenhavam papel central no recrutamento e na formação dos “mandarins”. Nas academias, principalmente na de São Paulo e na de Olinda, os jovens oriundos das classes dominantes, desligavam-se dos padrões culturais provincianos, formando-se segundo uma perspectiva nacional-imperial. (...) Formado, o mandarim começava sua carreira nomeado para um cargo público ou integrando as listas de candidatos aos mandatos parlamentares, havendo passagens frequentes entre a administração, o parlamento e a justiça. A nomeação pelo imperador para cargos burocráticos fora de seu município ou de sua província natal era, em geral, o primeiro degrau da carreira. (...) Quando eram parentes ou protegidos de chefes políticos muito influentes, podiam ingressar diretamente na política, possibilidade que levou Joaquim Nabuco a dizer que no tempo de estudos do seu pai, José Thomaz Nabuco de Araújo na década de 1830, as faculdades de direito já eram “ante-salas da Câmara”.

(CUNHA, 2015. p. 72 e 73)

Deixando de lado a ficção construída por Barreto e refletindo a realidade histórica da época, construída pelo autor, o ensino público estava distante de exercer sua função social: “De resto, é sabido que os lentes das escolas daquele país são todos relacionados, têm negócios com os potentados financeiros e industriais do país e quase nunca lhes reprovam os filhos.” (BARRETO, 2009. p 59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre a obra e o que as imagens literárias nos trazem, é possível observar o registro da constituição de uma sociedade marcada pela exploração e crescimento daqueles que conseguem alcançar as classes dominantes e assim a governarem.

Os Bruzundangas é uma obra que nos mostra a organização e realidade do ensino no Brasil nos anos iniciais do século XX e nos permite enxergar vestígios e permanências do regime colonial e imperial até os dias atuais.

A obra apresenta, ao leitor, como o ensino se estruturava nessa sociedade e quais eram as estratégias empregadas pela elite dominante neste período de progresso industrial e como as classes sociais consideradas inferiores pela sociedade, obtinham pouco ou nenhum acesso à instrução, se mantendo à margem de algum título “nobiliárquico” e cumprindo a sua função social, mão de obra para a burguesia.

Em vista disso, o que se percebe é que, nos anos iniciais do século XX, primeira República, houve uma grande tentativa empregada pelas classes dominantes de encaminhar o Brasil ao progresso, contudo, os investimentos necessários na real aprendizagem e desenvolvimento do país, nunca foram o foco da escola. Ademais, as reais intenções existentes daqueles que dominavam o país ou queriam fazer parte deste grupo e ter seus

privilégios alcançados, tinham condições suficientes de atingir seus objetivos, ainda que não tivessem acumulado conhecimentos suficientes para isso.

Desta maneira, Lima Barreto deixa registrado, de forma irônica, a constituição de um país em meio às artimanhas arquitetadas para se alcançar o poder e um sistema fraco de ensino, que atrelado às reais intenções daqueles que o governavam, não cumpriu com a sua função, assegurar educação de qualidade e para todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco Ari. **A escola brasileira representada em duas obras ficcionais no final do século XIX e início do século XX.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 241-269, set./dez. 2016.

BARRETO, Lima. **Os Brunzundangas.** São Paulo: Martin Claret, 2009.

CUNHA, A. LUIZ. **A Universidade temporã. O ensino superior, da Colônia à Era Vargas.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FRAZÃO, Dilva. **Resumo da Biografia de Lima Barreto.** Disponível em: <https://www.ebiografia.com/lima_barreto/> Acesso em: 14/07/2021.

XAVIER, S. P. Maria Elizabete. **Poder Político e Educação de Elite.** São Paulo: Editora Cortez, 1980.